

Transparência Brasil

Executivo federal perdeu controle sobre documentos secretos, afirma relatório

— Regulado pela Lei de Acesso à Informação, em 2012, monitoramento tem deficiência de dados e de padrão, o que pode causar dificuldade de acesso futuro e insegurança jurídica

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

O governo federal tem descumprido nos últimos anos normas de controle sobre seus documentos secretos e ultrasecretos. O monitoramento e a gestão dessas informações deveriam ser feitos por uma comissão vinculada à Casa Civil da Presidência da República, mas o órgão desconhece, por exemplo, a quantidade exata de informações classificadas como sigilosas. A constatação faz parte de um relatório produzido pela Transparência Brasil e divulgado ontem.

Desde 2012, com a regulação da Lei de Acesso à Informação (LAI), órgãos e ministérios devem enviar uma relação de seus documentos classificados como reservado (protegido por cinco anos de sigilo), secreto (15 anos) e ultrasecreto (25 anos) à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) – composta por integrantes da Casa Civil, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Controladoria-Geral da União (CGU) e de outros seis ministérios.

Chamadas de Termos de Classificação de Informações (TCIs), essas relações trazem o número de identificação dos documentos, os argumentos para justificar o sigilo e os motivos para a restrição de acesso. No entanto, esse processo está

“defasado”, como admite o próprio governo. Não há padrão nas informações e os dados estão incompletos. De um lado, a comissão costuma ser ignorada pelos órgãos públicos. Por outro, a CMRI descumpra seu próprio dever de ofício de monitorá-los.

Entre as informações que estão fora de controle, estão documentos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) produzidos em 2022 sobre uma suposta ameaça de atentado contra o presidente da República e indícios de tentativa de desvio de produtos militares para o exterior.

“Órgãos federais estão descumprindo sistematicamente normas legais e infralegais relativas à divulgação, monitoramento e revisão das informações classificadas como secretas e ultrassecretas. Isso acarreta prejuízos diretos à sociedade, devido à manutenção de sigilos potencialmente indevidos, e também ao poder público, em razão da insegurança jurídica de informações que não passaram pela real análise de ofício da CMRI e, segundo a regulamentação da Lei de Acesso à Informação, deveriam ter sido automaticamente desclassificadas”, diz o relatório da Transparência Brasil.

DIFERENÇA. Os órgãos ministeriais, por exemplo, editaram ao menos 25.955 sigilos desde o início da LAI. A maioria foi produzida pelo Itamaraty. Mas a comissão da Casa Civil

Para entender

Entidade não tem vínculo com ONG internacional

- **Autônoma**

Entidade com foco na transparência e no controle social do poder público, a Transparência Brasil não possui vínculo institucional com a Transparência Internacional (TI), sediada em Berlim, ou à sua filial brasileira, a Transparência Internacional – Brasil

- Índice e investigação

A TI esteve recentemente no centro do noticiário nacional após divulgar relatório sobre a piora do Brasil no Índice de Percepção da Corrupção. Dias depois, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, determinou que a Procuradoria-Geral da República investigue se a ONG se apropriou de recursos públicos

“Órgãos federais estão descumprindo sistematicamente normas legais (...) Isso acarreta prejuízos diretos à sociedade”
Transparência Brasil

tem sob custódia 23.980, ou seja, uma diferença de quase 2 mil informações classificadas.

O problema, no entanto, é maior, segundo o relatório da Transparência Brasil. A partir do número único que os documentos recebem, a ONG identificou 8.729 sigilos que não estão na base da Comissão Mista de Reavaliação de Informações. Outras 5.369 informações classificadas só estão presentes na base da comissão e não aparecem nos portais dos órgãos ministeriais.

“Em 2023, passando a ser subordinada à Casa Civil, a Abin divulgou o resumo das informações classificadas naquele ano. Entre as que não foram encaminhadas à CMRI há descrições como: ‘participação do Brasil no conselho árabe’, ‘suposta ameaça de atentado contra o presidente da República (informação produzida em 2022)’, ‘indícios de tentativa de desvio de material de uso dual para o exterior’, ‘discussões para ampliação do observatório astronômico de Juazeirinho (PB)’ e ‘operação República’”, detalha o relatório.

ACESSO. Uma vez que foram considerados sigilosos, não é possível saber o teor desses documentos. A falta de controle, porém, dificulta o monitoramento e eventual acesso a esses documentos quando forem desclassificados.

Ainda de acordo com a Transparência Brasil, a CMRI

também descumpra sua atribuição de reanalisar a cada quatro anos, de ofício, todas as informações classificadas como secretas e ultrassecretas. Conforme prevê o decreto que regulamentou a LAI, a comissão é responsável por decidir se o sigilo deve ser mantido, ampliado, reduzido ou extinto. Nessa situação, a falta de controle acaba causando uma insegurança jurídica para o governo, uma vez que o sigilo perde automaticamente a sua validade, caso a reanálise não for feita.

PAINEL. Procurada, a Casa Civil informou que a Comissão Mista de Reavaliação de Informações vem empreendendo esforços para a melhoria na gestão da classificação de informações pelos órgãos do Poder Executivo federal.

Uma das ações, segundo a Pasta, foi o desenvolvimento de um sistema de registro e controle das classificações. O mesmo está em fase de implantação. "O objetivo é que os órgãos e entidades classificados registrem os dados para que posteriormente possam ser acessados por um painel, viabilizando a gestão do quantitativo de informações. O painel será disponibilizado para controle social e auxiliará na gestão por parte da CMRI", detalhou a Casa Civil.

A Controladoria-Geral da União (CGU) não havia se manifestado até a noite de ontem sobre as conclusões do relatório. ●

Gonet contesta decisão de Toffoli que suspendeu multa da Odebrecht

RAYSSA MOTTA

A Procuradoria-Geral da República apresentou ontem recurso contra a decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o pagamento da multa do acordo de leniência da Odebrecht (atual Novonor). O procurador-geral, Paulo Gonet, sugere duas alternativas: que Toffoli reconsidere a própria decisão ou que submeta o recurso para

análise no plenário da Corte.

A Odebrecht assumiu o compromisso de pagar R\$ 3,8 bilhões ao longo de 23 anos. As autoridades responsáveis pelo acordo, homologado em 2016, projetaram que o valor corrigido chegaria a R\$ 8,5 bilhões ao fim do período.

Os pagamentos foram suspensos enquanto a empresa analisa documentos da Operação Spoofing, que prendeu hackers da Lava Jato, em busca de mensagens que possam indi-

car atuação irregular dos procuradores da extinta força-tarefa da operação. Para Gonet, embora as mensagens possam mostrar “comportamentos censuráveis de agentes públicos, não revelam prática de nenhum ato que componha o conceito de coação moral irresistível”.

'PRECÁRIOS'. A empresa afirma que foi pressionada a fechar o acordo para garantir sua sobrevivência financeira e institucional. Toffoli reconheceu

que há “dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade”. No recurso, Gonet diz que os argumentos da Odebrecht são “precários”. “Seria ingênuo supor que alguma grande empresa se apresentaria ao Ministério Público Federal para fechar um acordo de leniência se não percebesse a probabilidade de sofrer danos intensos aos seus interesses se optasse por não colaborar.”

O chefe do Ministério Público Federal também alega que a empresa admitiu corrupção e não voltou atrás. A empreiteira mencionou 415 políticos de 26 partidos em seu acordo. "Não deixa de ser significativo que o peticionário não esteja arguindo que mentiu ao indicar casos

de corrupção e de malfeitos de que participou. A prática de crimes foi efetivamente reconhecida pela empresa e por seus executivos, em confissões e com entrega de documentos comprobatórios”, segue o procurador-geral da República.

Recurso

Procurador-geral da República diz que empresa admitiu corrupção e descarta coação

Gonet já havia recorrido da decisão de Toffoli que beneficiou o grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, em condições semelhantes. ●